

18º Congresso Brasileiro de Sociologia

26 a 29 de Julho de 2017, Brasília (DF)

Grupo de Trabalho: GT 27 - Desigualdades e Estratificação: analisando sociedades em mudança

Título do Trabalho: Industrialização, Políticas de Bem Estar e Fluidez Social no Brasil: de 1973 a 2014.

Jorge Alexandre Barbosa Neves*

Luciana Conceição de Lima**

* Universidade Federal de Minas Gerais

** Universidade Federal do Rio Grande do Norte

1) Introdução

O objetivo deste artigo é explorar a formação de um Estado de Bem Estar Social no Brasil a partir dos anos 2000 como um dos mecanismos que podem ter contribuído para a tendência de aumento da fluidez social que tem sido verificada para o país no período recente (Torche & Costa Ribeiro, 2010; Costa Ribeiro, 2017). Utilizando dados de coorte para a população masculina entre o início da década de 1970 e o final da década de 1990, Torche & Costa Ribeiro (2010) encontraram tendência de aumento da fluidez social no tempo, e com declínio da importância dos retornos à escolaridade e da influência de classe de origem e de destino para a mobilidade social. Completando a série com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2014 (e que são os mais atuais em termos de pesquisa sobre mobilidade social), Costa Ribeiro (2017) identificou persistência dessa fluidez para além da década de 1990. Em adição a esses estudos que têm explorado a mobilidade social nas últimas décadas, esse artigo destaca possíveis efeitos de outros mecanismos sobre a continuidade desse cenário de fluidez, tais como a presença importante de políticas sociais na primeira década do século XXI com a conformação de um Estado de Bem Estar Social no país, a partir da Constituição Federal de 1988.

Conforme definição original do sociólogo russo Pitirim Sorokin (1927), o termo mobilidade social refere-se, principalmente, ao fluxo de indivíduos entre classes sociais (movimento vertical ascendente ou descendente) (Joslyn, 1927). Ela pode ser classificada como mobilidade intergeracional (quando ocorre entre indivíduos de gerações distintas) e mobilidade intrageracional (mobilidade experimentada pelo indivíduo ao longo de seu ciclo de vida). Tradicionalmente, a mobilidade intergeracional tem recebido maior atenção por parte dos estudiosos, sobretudo, quando há interesse em identificar o quão fluida uma sociedade se apresenta em termos de possibilidades de ascensão social (Sørensen, 1975; Scalón, 1999; Leeuwen & Maas, 2010). Embora se trabalhe também com a mobilidade intergeracional de renda, de educação ou de classes sociais, em geral, compara-se a ocupação do pai (posição social de origem do indivíduo) com a ocupação atual do filho (posição social de destino) (Scalón, 1999; Costa Ribeiro, 2012). Já os estudos sobre mobilidade intrageracional dão ênfase, sobretudo, às transições de classes de ocupações que os indivíduos experimentam ao longo do ciclo de vida. Ao contrário da abordagem intergeracional, esses estudos permitem obter as experiências de mobilidade para uma coorte real, além

de localizar esses fluxos no tempo. Todavia, os estudos sobre mobilidade intrageracional costumam ser escassos, sendo uma das principais razões a baixa disponibilidade de informações longitudinais para acompanhar as mudanças de *status* do indivíduo ao longo do tempo (Sørensen, 1975; Figueiredo, 2010).

Ainda do ponto de vista das ocupações, a mobilidade estrutural reflete efeitos de mudanças na composição da estrutura do mercado de trabalho, como por exemplo, no início do desenvolvimento de uma determinada área, novas ocupações são criadas afetando a mobilidade social entre gerações (Pastore & Silva, 2000; Vieira e Bagolin, 2011). O Brasil, por exemplo, deixou de ser essencialmente agrário para se tornar, em poucas décadas, uma nação tipicamente industrial, implicando rápido reordenamento de sua estrutura de ocupação. Nesse contexto, a posição social de destino (ocupação do filho) passou a depender menos da posição social de origem (ocupação do pai) uma vez que as ocupações pertencentes às gerações mais velhas (agrárias) cederam espaço para as ocupações industriais, que eram as opções disponíveis às gerações mais novas. Tendo em vista que essas ocupações, frente às ocupações agrárias, tinham maior *status*, houve muita mobilidade estrutural no país, embora essas ascensões tenham sido de curta distância (Costa Ribeiro, 2000).

Já a mobilidade circular resulta de um processo de competição entre os indivíduos. Também denominada mobilidade por trocas, sua ideia básica é que para um indivíduo ocupar uma posição no mercado de trabalho é necessário que outro trabalhador desocupe uma vaga já existente, ou seja, ela não depende da criação de novos postos e se encontra mais relacionada aos atributos pessoais do trabalhador, como educação e experiência (Pero, 2001; Pastore & Silva, 2000; Vieira e Bagolin, 2011).

Alguns autores têm enfatizado o papel desempenhado por políticas de bem estar social, e voltadas sobretudo para o mercado de trabalho, como importantes para tornar a mobilidade social mais fluida (Hout e DiPrete, 2006; Birkelund, 2006; Sørensen, 2006). De acordo com Hout e DiPrete (2006), em um Estado de Bem Estar forte, as políticas sociais voltadas para a redução da pobreza, da desigualdade de renda, da desigualdade de gênero no mercado de trabalho, entre outros, podem contribuir para uma maior mobilidade social.

Os objetivos do presente trabalho são: a) analisar variações na fluidez social ao longo do tempo e; b) entender de forma mais detalhada a relação entre origem socioeconômica e

destino socioeconômico, bem como a mediação feita pela escolaridade, através da decomposição das covariâncias.

Este artigo é composto por cinco seções. Na primeira, são apresentadas algumas das principais características dos Estados de Bem Estar Social e como elas se relacionam com os processos de mobilidade social. Na segunda, são apresentados os dados e métodos, e os resultados são apresentados no quarto item. Por fim, são apresentadas as principais conclusões do trabalho.

2) Estados de Bem Estar Social: principais características e implicações sobre a equalização de oportunidades

No que se refere ao alcance de posições no sistema de estratificação em uma determinada sociedade, os Estados de Bem Estar Social são vistos como estruturas fundamentais para que indivíduos de diferentes origens (ou *background* familiar) tenham oportunidades econômicas semelhantes (Esping-Andersen, 1990; Beller & Hount, 2006; Sørensen, 2006). A maior fluidez social quanto à mobilidade de classe nos Estados de Bem Estar Social é bem fundamentada na literatura (Esping-Andersen, 1990; Erikson, Goldthorpe & Portocarero, 1983; DiPrete, 2002; Birkelund, 2006), o que em parte pode ser explicado pelo foco dado por esses estados na redução das desigualdades.

Segundo tipologia desenvolvida por Esping-Andersen (1990) há três tipos ideais de Estados de Bem Estar Social. O primeiro é o Estado de Bem Estar Liberal, caracterizado, entre outros, por uma seguridade social modesta, voltada principalmente para a parcela dos mais pobres da população e por encorajar a participação do mercado em esquemas privados de previdência. São representantes desse modelo os Estados Unidos, o Canadá e a Austrália. Já o segundo regime de Estado de Bem Estar é aquele em que se destaca o corporativismo, sendo representantes desse modelo a Áustria, a França, a Alemanha e a Itália. Nessa tipologia conservadora e orientada para a manutenção das diferenças de *status*, o estado figura como o principal provedor de benefícios sociais, ou, ao menos, quando a capacidade das famílias em prover os seus membros se exaure. Por fim, o terceiro regime apresentado é o da social-democracia. Esse modelo, que pode ser representado pelos países escandinavos, objetiva a promoção

da igualdade de benefícios entre indivíduos de diferentes posições sociais, exclui o mercado e constrói uma solidariedade universal em favor do Estado de Bem Estar. Também nesse modelo, o estado assume a maior carga de provisão da seguridade social.

Especialmente no caso do terceiro tipo ideal de Estado de Bem Estar os indivíduos estão menos sujeitos às oscilações no tempo em seus padrões de vida. DiPrete (2002) em estudo para países que representam esses regimes descritos por Esping-Andersen (1990) verificou-se que na Suécia (social democracia) em comparação com a Alemanha (corporativista) e Estados Unidos (liberal), embora eventos “desestabilizadores” como o desemprego pudesse ocorrer, suas consequências pareceram ser mais brandas em relação ao que foi verificado nos outros dois países. Esse resultado pode ser uma evidência de que os indivíduos (e suas famílias) nas sociais democracias, por contarem com maior proteção, lhes são permitidas maiores oportunidades de planejarem o futuro e de protegerem suas gerações de eventos como a pobreza. Nesse sentido, equalizar as oportunidades diz respeito à redução dos níveis de desigualdade (Sørensen, 2006).

De acordo com Sørensen (2006) há no mínimo quatro mecanismos que atuam para que o *background* familiar afete a igualdade de oportunidades: indivíduos de famílias menos favorecidas economicamente competem em condições desvantajosas com relação aos indivíduos oriundos de famílias abastadas, e a variabilidade de *background* familiar pode significar também desvantagens no desenvolvimento cognitivo das filhas, o que amplia as desigualdades de oportunidades entre elas. Também, quanto maior a desigualdade entre as famílias no acesso à educação de qualidade maior também a desigualdade no desempenho entre indivíduos de diferentes origens sociais, e por fim, a desigualdade no acesso das famílias a recursos econômicos importantes para investir em treinamento dos filhos pode significar maiores desigualdades de oportunidades ao longo do ciclo de vida.

As políticas sociais dos Estados de Bem Estar são consideradas importantes para reduzir essas desigualdades. Segundo Hount & DiPrete (2006), por exemplo, políticas que facilitam a combinação entre trabalho e maternidade para as mulheres são importantes para minimizar as oscilações ao longo da carreira delas e reduzir as desigualdades por gênero no mercado de trabalho. Políticas sociais voltadas para infância também são vistas como importantes para equalizar as oportunidades no futuro, tais como a provisão de educação pública de qualidade (Birkelund, 2006).

Com base no levantamento de produções científicas voltadas para o estudo de mobilidade e estratificação social, Hout & DiPrete (2006) discutem o papel desempenhado pelas políticas de Estados de Bem Estar para a equalização de oportunidades no mercado de trabalho. Segundo os autores, um mercado é denominado como institucionalizado se os salários são elevados (e determinados, especialmente, por barganhas coletivas), e há forte proteção aos direitos trabalhistas (em oposição ao que em geral ocorre nos mercados de trabalho flexíveis). Assim, em Estados de Bem Estar fortes, um mercado de trabalho institucionalizado contribui decisivamente para a redução da pobreza e das desigualdades de renda (Hout & DiPrete, 2006). Por exemplo, trabalhando com dois grupos de países europeus que se distinguem quanto à constituição do Estado de Bem Estar, Barbieri & Bozzon (2016) comparam entre eles o risco dos domicílios entrarem na pobreza e verificam que no grupo os países em que o mercado de trabalho é menos institucionalizado esse risco foi maior. O próximo item discute o Estado de Bem Estar no Brasil no período compreendido entre a promulgação da Constituição Federal de 1988 até o final do primeiro mandato da presidência de Dilma Rousseff em 2014.

2.1) O Estado de Bem Estar no Brasil e redução das desigualdades

A Constituição Federal (CF) de 1988 representa um marco na estruturação de um conjunto de políticas sociais no Brasil (Castro & Cardoso Júnior, 2005). Todavia, ainda que o conjunto dessas políticas tenha tido um caráter nacional, importantes diferenciais internos na conformação do Estado de Bem Estar a partir de 1988 implicaram também disparidades importantes nas oportunidades entre os indivíduos das diferentes regiões do país (Sátyro, 2014). Ademais, cabe destacar que mesmo após a CF de 1988 houve períodos de tensão entre paradigmas do Estado de Bem Estar Social e Estado Mínimo (Fagnani, 2011), o que afetou o desenvolvimento das políticas sociais no país e, possivelmente, a desigualdade e a mobilidade social.

Já na década de 1990, o Governo Collor (1990 e 1992) representou retrocessos na agenda das políticas sociais, com redução expressiva dos gastos nessa área, tendo deixado como legado para o governo que se seguiu após o *impeachment* “um conjunto de programas e políticas caracterizados pelos traços de fragmentação, clientelismo, centralização dos recursos no nível federal, e com baixo poder de combate à pobreza e à desigualdade” (Castro & Cardoso Júnior, 2005, pp.7). Do curto governo Itamar (1993

a 1994) em que foram lançadas as bases do programa de estabilização da economia até a consolidação da estabilidade com o Plano Real no Governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995 a 1998 e 1999 a 2002) foi assumido um compromisso com a estabilidade, tendo sido bem sucedido o alcance de sua principal meta: o controle da inflação. Todavia, embora tenha-se alcançado resultados importantes como o aumento da estabilidade da renda dos indivíduos, eles não vieram acompanhados pela redução da desigualdade (Neri, 2006).

No primeiro mandato de FHC (1995 a 1998), e que coincide com a implementação do Plano Real, o clima de estabilização monetária foi mais favorável às políticas sociais sobretudo em seus primeiros anos. O gasto social empreendido pelo governo federal cresceu de maneira destacada até 1998: no primeiro ano do governo FHC as despesas com programas sociais já chegavam a 50% do gasto social brasileiro, e a 11% do PIB (Neri, 2006).

Já no segundo mandato de FHC (1999 a 2002) a conjuntura econômica e política fortemente abalada pela crise internacional, alta do câmbio e pressão sobre a dívida pública, reorientou a dinâmica dos gastos sociais (Castro & Cardoso Júnior, 2005). Ainda em 1999 esses gastos sofreram uma redução de 4%, e houve progressivos ajustes naqueles benefícios que se encontravam indexados ao salário mínimo (Castro & Cardoso Júnior, 2005; Neri, 2006).

Nas eleições presidenciais de 2002 o Partido dos Trabalhadores (PT) saiu vitorioso, e a ascensão de um governo de esquerda ao poder contribuiu para aumentar ainda mais o clima de desconfiança do mercado que se iniciara ainda durante o processo eleitoral. Nesse contexto, nos primeiros anos do primeiro mandato de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006) mantiveram-se planos econômicos ortodoxos, e isso de fato surtiu efeitos positivos sobre os ganhos de confiança do mercado financeiro e empresarial no novo governo (Neri, 2006). Por outro lado, nessa fase mais de continuidade do que de ruptura com o modelo anterior não houve grandes avanços em termos da agenda social. Ao contrário, os custos sociais dos ajustes macroeconômicos convergiram para a estagnação econômica e aumento da pobreza, especialmente em 2003 (Fagnani, 2011; Neri, 2006).

Superada a fase de “choque de confiança” no mercado, o país voltou a experimentar crescimento econômico, e com maior articulação positiva com as políticas sociais (Fagnani, 2011). Entre 2004 e 2010 houve redução da taxa de desemprego, da pobreza e forte aumento do valor real do salário mínimo, ocupação e escolaridade (Pochmann, 2011).

No que se refere às políticas sociais, o Programa Bolsa Família (PBF) foi criado no final de 2003 com a proposta de integrar outros programas pré-existentes e de expandir tanto o número de beneficiários como o tamanho médio do benefício (Neri, 2006; IPEA, 2012). O PBF oportuniza a provisão de bens e serviços públicos e a oferta de serviços de educação e saúde aos beneficiários, sendo importantes canais desse programa para a superação da pobreza as transferências e impostos que afetam a renda monetária dos indivíduos e o fato do PBF privilegiar as mulheres como receptoras diretas da renda monetária (Neri, 2014). Em 2011 o país alcançou o seu menor nível de desigualdade de renda desde 1960, tendo sido a maior parte da queda da desigualdade creditada ao efeito da expansão trabalhista (58%), da previdência (19%) e em terceiro lugar, do Programa Bolsa Família (13%)¹ (IPEA, 2012). Ou seja, ao menos com relação à redução das desigualdades de renda, as transferências públicas como PBF e a previdência, foram relevantes e desempenharam o seu papel. Na continuidade, no Governo de Dilma Rousseff (2011 a 2016), o PBF avançou em termos de cobertura, e com o Plano Brasil sem Miséria dirigiu-se esforços para o alcance da população mais pobre e mitigar a extrema pobreza (IPEA, 2013).

Essa seção apresentou algumas características dos Estados de Bem Estar social segundo tipologia desenvolvida por Esping-Andersen (1990) e os canais pelos quais esses modelos contribuem para a redução das desigualdades sociais e equalizar as oportunidades econômicas. Ela também focou o caso brasileiro após a Constituição Federal de 1988, a dualidade entre orientações de um Estado de Bem Estar Social permeado por orientações de Estado Mínimo, e o contexto econômico de pano de fundo do desenvolvimento de políticas de bem estar que possivelmente contribuíram para uma maior fluidez social em termos de alcance de posições no sistema de estratificação social. A hipótese central de pesquisa do presente trabalho é a de que o processo de desenvolvimento do Estado de Bem Estar no Brasil levou a um aumento da fluidez

¹ O Benefício de Prestação Continuada e outras fontes de rendimentos foram responsáveis por 4% e 6% dessa redução, respectivamente.

social (ou seja, redução do efeito das variáveis de origem socioeconômica sobre o destino socioeconômico) ao longo do tempo. A metodologia utilizada (descrita na próxima seção) permite a decomposição dos efeitos de origem sobre o destino, propiciando um entendimento mais detalhado do fenômeno.

A próxima seção apresenta os dados e métodos selecionados para o alcance dos objetivos propostos. Na sequência, são apresentados os principais resultados e as conclusões.

3) Dados e métodos

a. Dados

As bases de dados utilizadas no presente trabalho são as da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1996 e de 2014, para todo o Brasil. Essas duas bases foram as escolhidas por apresentarem suplemento de perguntas que investigam características sobre mobilidade social, e que serão úteis para o alcance dos objetivos propostos.

Como variáveis de origem, utilizaram-se o índice de status ocupacional construído a partir da metodologia do *international socio-economic index* (Isei) desenvolvida por Ganzeboom, Graaf e Treiman (1992), os anos de escolaridade do pai e os anos de escolaridade da mãe. Quanto ao Isei, com base na Classificação Internacional de Ocupações (ISCO), esses autores desenvolveram um índice que supõe uma hierarquia socioeconômica entre as ocupações. Portanto, quanto maior a pontuação nesse índice, maior o status socioeconômico da ocupação. Para a construção desse índice, utilizamos as variáveis de ocupação do respondente e de seu pai (nas PNADs essa informação é acessada com base na declaração do indivíduo sobre a ocupação de seu pai quando o respondente tinha 15 anos de idade).

Tendo em vista a correlação intergeracional da ocupação do filho com a de seu pai (Hauser e Logan, 1992), utilizaram-se bases de dados de indivíduos do sexo masculino e que fossem chefes ou cônjuges em seus domicílios na data das pesquisas, conforme utilizado por autores prévios (Erikson, Goldthorpe & Portocarero, 1983, Costa Ribeiro, 2017), na faixa etária de 30 a 50 anos (segundo o mesmo que foi utilizado por Costa

Ribeiro, 2017), chegando ao final após a aplicação de todos os filtros e exclusão dos casos *missings* em quatro bases de dados com os seguintes tamanho de amostra (TAB.1):

Tabela 1: Tamanho das amostras utilizadas segundo dados da PNAD 1996 e PNAD 2014 para todo o Brasil

	Faixa etária
Pesquisa	30-50
PNAD 1996	<i>n</i> =26.777
PNAD 2014	<i>n</i> =6.536

A variável anos de estudo completados com sucesso pelo respondente foi utilizada como o fator central de mediação entre as variáveis de origem e de destino. O próximo item descreve o método utilizado para o alcance dos objetivos propostos.

b. Método

Para buscar alcançar os objetivos propostos no artigo e realizar o teste da hipótese apresentada, foram estimados Modelos de Equações Estruturais para os dados das duas amostras utilizadas. Após o teste de várias opções de modelos, chegou-se ao seguinte diagrama:

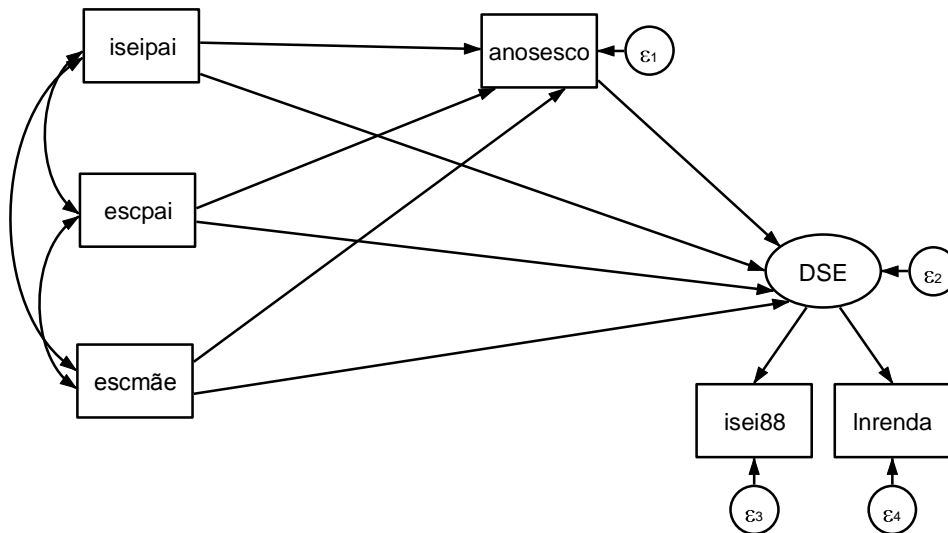


Figura 1: Diagrama de Equações Estruturais do Modelo Estimado.

Onde:

iseipai: variável observada referente ao status socioeconômico da ocupação do pai;

escpai: variável observada referente aos anos de escolaridade do pai;

escmãe: variável observada referente aos anos de escolaridade da mãe;

anosesco: variável observada referente aos anos de escolaridade do entrevistado;

isei88: variável observada referente ao status socioeconômico da ocupação do entrevistado;

lnrenda: variável observada referente ao logaritmo neperiano do rendimento do trabalho do entrevistado.

DSE: variável latente referente ao destino socioeconômico derivada das variáveis isei88 e lnrenda.

O modelo estimado foi o que apresentou melhor ajuste. A mensuração de um construto referente ao destino socioeconômico é também relevante porque muitas ocupações têm uma variância muito elevada no rendimento do trabalho. A análise do destino socioeconômico a partir de um construto latente derivado da composição do status ocupacional e do rendimento do trabalho permite, portanto, uma maior precisão.

4) Resultados

Os diagramas abaixo trazem os resultados das estimações:

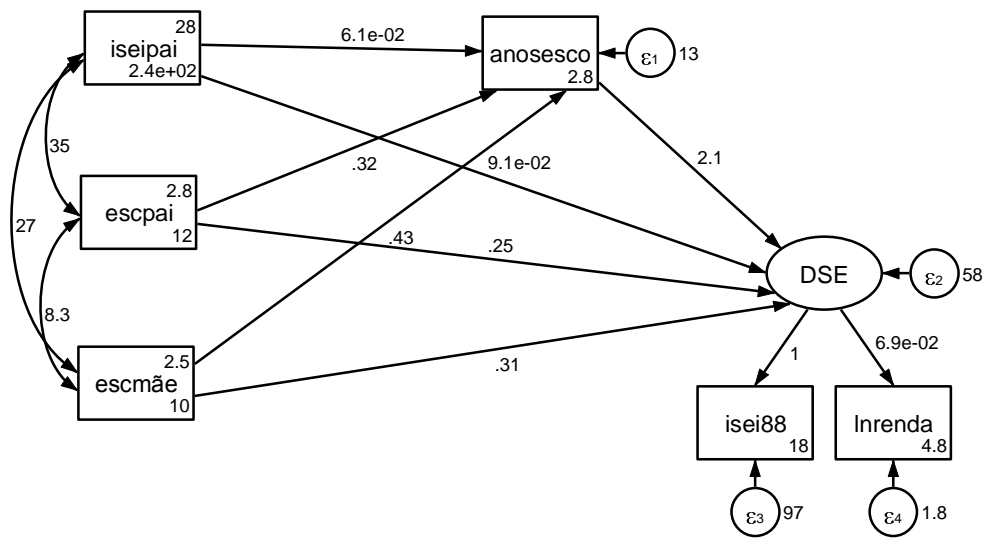


Figura 2: Diagrama de Equações Estruturais do Modelo Estimado para os Dados de 1996, com coeficientes não padronizados.

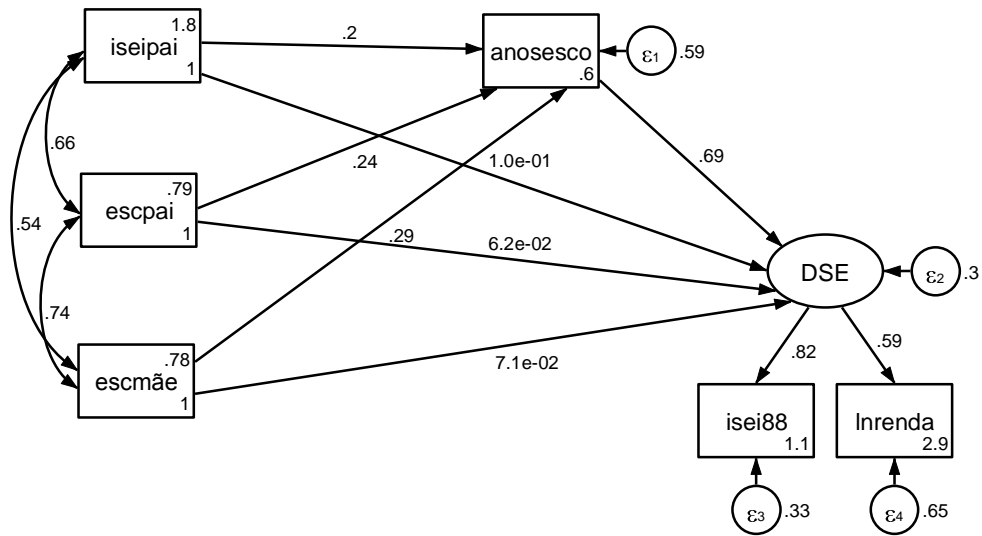


Figura 3: Diagrama de Equações Estruturais do Modelo Estimado para os Dados de 1996, com coeficientes padronizados.

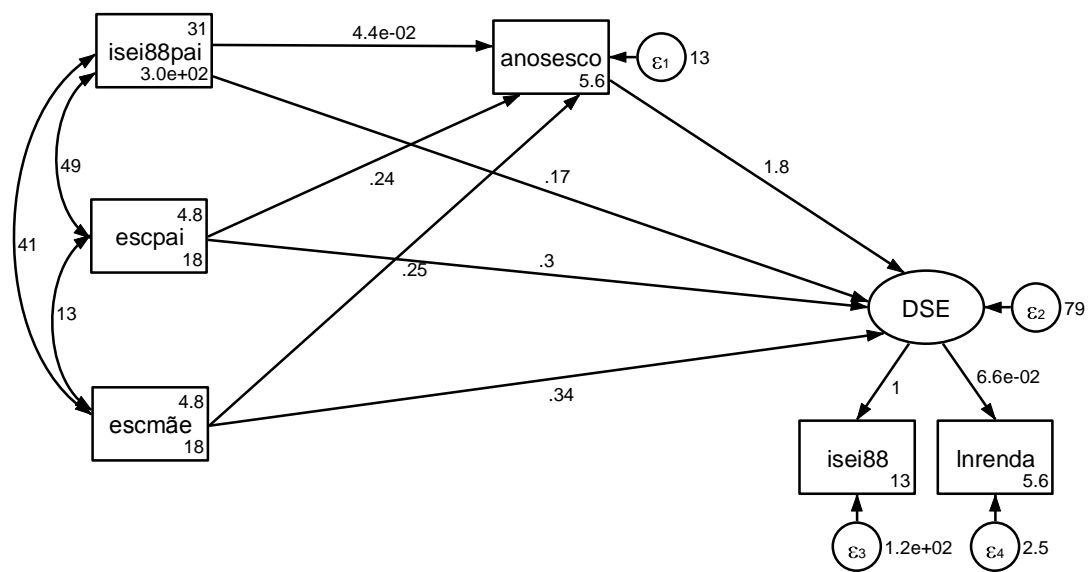


Figura 4: Diagrama de Equações Estruturais do Modelo Estimado para os Dados de 2014, com coeficientes não padronizados.

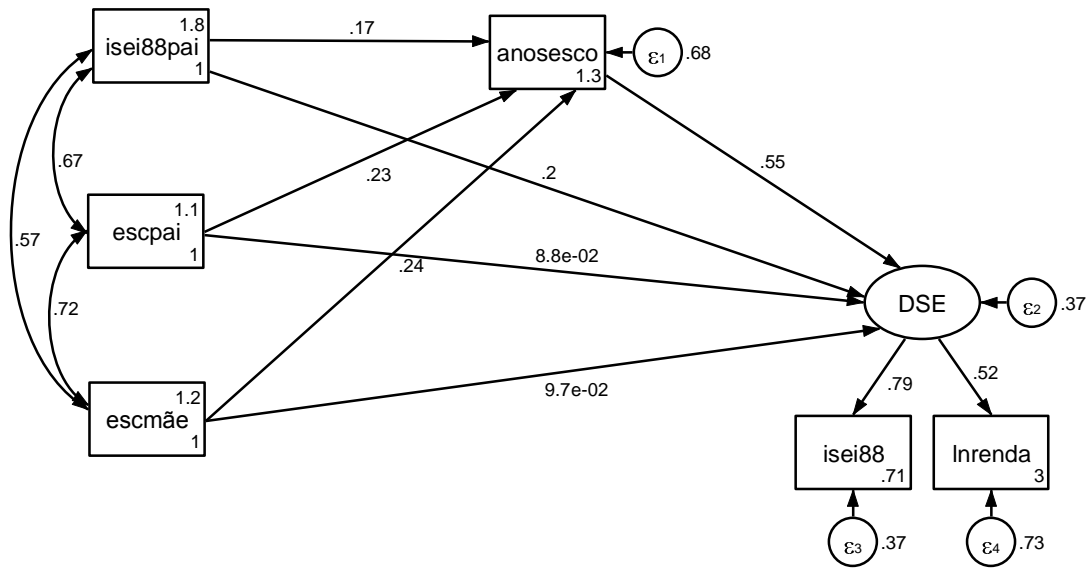


Figura 5: Diagrama de Equações Estruturais do Modelo Estimado para os Dados de 2014, com coeficientes padronizados.

Os resultados não padronizados devem ser utilizados para a comparação entre os coeficientes da mesma variável nas duas diferentes amostras, ao passo que os coeficientes padronizados devem ser utilizados para comparação dos pesos dos coeficientes de diferentes variáveis em uma mesma amostra. Como as variáveis de origem socioeconômica (o status ocupacional do pai, os anos de escolaridade do pai e os anos de escolaridade da mãe) têm efeitos diretos e indiretos sobre o destino socioeconômico, para o teste da hipótese proposta, é importante a análise dos Efeitos Totais. A Tabela 2 traz os valores do Efeitos Totais (não padronizados e padronizados) dos modelos estimados para as duas amostras.

Tabela 2: Efeitos Totais das Variáveis de Origem Socioeconômica sobre o Destino Socioeconômico para os dados da PNAD 1996 e da PNAD 2014 para todo o Brasil

	Efeitos Totais Não Padronizados	Efeitos Totais Padronizados
1996		
ISEI_{pai}	0,219	0,238
ESC_{pai}	0,922	0,228
ESC_{mãe}	1,213	0,271
2014		
ISEI_{pai}	0,249	0,294
ESC_{pai}	0,732	0,215
ESC_{mãe}	0,790	0,229

Os resultados reportados nos Diagramas 2 a 5 e na Tabela 2 mostram que:

- Ao comparar-se os coeficientes padronizados, percebe-se que, em conjunto, os efeitos conjuntos das variáveis referentes à escolaridade do pai e à escolaridade da mãe superam em muito os efeitos do *status* ocupacional do pai.
- A análise dos coeficientes não padronizados, em particular os efeitos totais reportados na Tabela 2, corroboram a hipótese de que a fluidez social tem se elevado ao longo do tempo no Brasil. Particularmente, tanto os efeitos das variáveis de origem socioeconômica sobre a educação e desta sobre o destino socioeconômica mostram significativas quedas entre 1996 e 2014. No que diz respeito aos efeitos totais, observa-se uma pequena elevação do efeito *status* ocupacional do pai sobre o destino socioeconômico (de 0,219 vai para 0,249), porém uma forte queda dos efeitos da escolaridade do pai (de 0,922 vai para 0,732) e, particularmente, da escolaridade da mãe (de 1,213 vai para 0,790) sobre o destino socioeconômico. No agregado das variáveis de origem socioeconômica sobre o destino socioeconômico, observa-se uma forte queda da origem sobre o destino. Chama a atenção que a queda se dá em função das variáveis de origem socioeconômica referentes à educação (do pai e da mãe) e da queda do efeito de mediação da escolaridade do próprio entrevistado.

5) Conclusões

Embora não se possa dizer que a crescente fluidez no sistema de estratificação social no Brasil -- observado pela queda do efeito agregado das variáveis de origem socioeconômica sobre o destino socioeconômico -- se deva ao desenvolvimento de um Estado de Bem Estar Social, é relevante destacar que o resultado encontrado foi na direção da hipótese proposta. Visto que o aumento da fluidez se deveu fundamentalmente à educação, é razoável supor que as políticas recentes de expansão do acesso à educação esteja funcionando para reduzir a desigualdade na reprodução social intergeracional no Brasil. É verdade, contudo, que novas investigações precisarão ser feitas para que essa hipótese obtenha novos apoios em resultados de análise empírica.

6) Bibliografia

BARBIERI, P.; BOZZON, R. Welfare, labour market deregulation and households' poverty risks: An analysis of the risk of entering poverty at childbirth in different European welfare clusters. **Journal of European Social Policy**, v.26, Issue 2, pp. 99 – 123.

BELLER, E.; HOUT, M. Welfare states and social mobility: How educational and social policy may affect cross-national differences in the association between occupational origins and destinations, **Research in Social Stratification and Mobility**, v. 24, Issue 4, 2006, pp. 353-365.

BIRKELUND, G. E. Welfare states and social inequality: Key issues in contemporary cross-national research on social stratification and mobility, **Research in Social Stratification and Mobility**, v. 24, Issue 4, pp. 333-351, 2006.

CASTRO, J.A.; CARDOSO JR, J.C. Políticas sociais no Brasil: gastos do governo federal de 1988 a 2002. In: JACCOUD, L. (org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005.

COSTA RIBEIRO, C. A. Dois estudos de mobilidade social no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v.15, n.44, pp. 178-183. ISSN 0102-6909, 2000.

COSTA RIBEIRO, C. A. Quatro décadas de mobilidade social no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 55, n. 3, 2012.

COSTA RIBEIRO, C. A. Tendências da desigualdade de oportunidades no Brasil : mobilidade social e estratificação educacional. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)**, Mercado de trabalho: conjuntura e análise - Artigos, 2017.

DIPRETE, T. A. Life course risks, mobility regimes, and mobility consequences: A comparison of Germany, Sweden, and the United States. **American Journal of Sociology**, v. 108, pp. 267–309, 2002.

ERIKSON, R.; GOLDTHORPE, J. H.; PORTOCARERO, L. Intergenerational class mobility and the convergence thesis: England, France, and Sweden. **British Journal of Sociology**, 34, 303–343, 1983.

ESPING-ANDERSEN, G. **The three worlds of welfare capitalism**. Princeton: Princeton University Press. 1990.

FAGNANI, E. A Política Social do Governo Lula (2003-2010): perspectiva histórica. **Revista SER Social**, [S.l.], v. 13, n. 28, p. 41-80, nov. 2011.

FIGUEIREDO, E. A. de. Mobilidade intrageracional de renda no Brasil. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 20, n. 3, Dec, 2010.

GANZEBOOM, H. B. G.; GRAAF, P. M.; TREIMAN, D. J. A standard international socio-economic index of occupational status. **Social Science Research**, v. 21, n. 1, p. 1-56, 1992.

HAUSER, R.; LONG, J. A. How not to measure intergenerational occupational persistence. **American Sociological Review**, v. 97, n. 6, p. 1689-1711, 1992.

HOUT, M.; DIPRETE, T. A. What we have learned: RC28's contributions to knowledge about social stratification, **Research in Social Stratification and Mobility**, v. 24, Issue 1, pp. 1-20, 2006.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS. A Década Inclusiva (2001-2011): Desigualdade, pobreza e políticas de renda. Comunicados do IPEA, n. 155, Brasília, **IPEA**, 25 set. 2012.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS. Um retrato de duas décadas do mercado de trabalho brasileiro utilizando a Pnad. Comunicados do IPEA, n. 160, Brasília, **IPEA**, 07 out. 2013.

JOSLYN, C. S. Sorokin on Social Mobility. **The Quarterly Journal of Economics**, 1927, v.42, n.1, pp.130-139.

LEEUWEN, M. H.D. van; MAAS, I. **Annual Review of Sociology**, v.6, pp.429–51, 2010.

NERI, M. Desigualdade, estabilidade e bem-estar social. EPGE/FGV, **Série Ensaios Econômicos**, n. 637, 2006.

NERI, M. O programa Bolsa Família e a inclusão financeira. In: CAMPELLO, T.; FALCÃO, T.; COSTA, P.V. da. (orgs.). **O Brasil sem miséria**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília: MDS, 2014.

PASTORE, J.; SILVA, N. A Metodologia Básica de Mobilidade Social. IN: Pastore, J e SILVA, N. **Mobilidade Social no Brasil**. São Paulo: MAKRON Books, 2000.

PERO, V. Et, à Rio, plus ça reste le memme... Tendências da mobilidade social intergeracional no Rio de Janeiro. In: **XXIX Encontro da ANPEC**, 2001, Salvador. Anais da ANPEC, 2001.

SÁTYRO, N.G.D. Padrões distintos de bem-estar no Brasil: uma análise temporal. **Opinião Pública**, Campinas, v. 20, n. 2, agosto, p.219-251, 2014.

SCALON, M. C. **Mobilidade social no Brasil: padrões e tendências**. Rio de Janeiro, Revan, 190 páginas, 1999.

SØRENSEN, A. Welfare states, family inequality, and equality of opportunity, **Research in Social Stratification and Mobility**, v. 24, Issue 4, 4th Quarter, pp. 367-375, 2006.

SØRENSEN, A.B. The Structure of Intragenerational Mobility. **American Sociological Review**, v. 40, n. 4, pp. 456-471, 1975.

SOROKIN, P. **Social and cultural mobility**, New York, Harper and Brothers. 1927. pp. xi, 559.

TORCHE, F.; RIBEIRO, C. C. Pathways of change in social mobility: industrialization, education and growing fluidity in Brazil. **Research in Social Stratification and Mobility**, v. 28, n. 3, p. 291-307, 2010.

VIEIRA, C. R.; BAGOLIN, I. P. Mobilidade intrageracional e intergeracional de renda do Rio Grande do Sul, pré e pós-estabilização econômica. In: ALVIM, A. M.; SOUZA, O. T. de; CALANDRO, M. L. (Orgs.). **Os desafios do desenvolvimento: Tendências e Perspectivas para a Economia Gaúcha**. 1ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, v. 1, pp. 45-85, 2011.